

Refundar a Europa

Sigmar Gabriel e Martin Schulz

JULHO DE 2016

- Durante muito tempo a Europa foi a promessa de um futuro melhor. Um futuro com paz assegurada, com bem-estar crescente e com mais liberdades. A Europa foi a promessa de que é possível construir uma sociedade democrática e solidária, que se baseia no respeito dos direitos fundamentais e promete ao mesmo tempo uma vida melhor para as gerações futuras.
- Por isso afirmamos: se quisermos salvar o que a Europa outrora representou aos olhos da maioria das pessoas, necessitaremos de um novo impulso. Necessitaremos de um empurrão ambicioso e vigoroso, não de uma tímida colcha de retalhos, para que a União Europeia consiga solucionar os problemas que afligem suas cidadãs e seus cidadãos.
- A Europa deve chegar ainda mais perto dos seus cidadãos e continuar o seu processo de democratização, iniciado em 2014 com a eleição dos candidatos do primeiro escalão. Pela primeira vez os cidadãos puderam votar diretamente no Presidente da Comissão, que funciona como chefe de governo de fato. Precisamos agora trabalhar mais para que a Comissão Europeia no futuro seja redimensionada como governo verdadeiramente democrático, controlado pelo Parlamento Europeu e por uma segunda câmara formada por representantes dos Estados-membros.



Durante muito tempo a Europa foi a promessa de um futuro melhor. Um futuro com paz assegurada, com bem-estar crescente e com mais liberdades.

A Europa foi a promessa de que é possível construir uma sociedade democrática e solidária, que se baseia no respeito dos direitos fundamentais e promete ao mesmo tempo uma vida melhor para as gerações futuras.

A geração dos fundadores da Europa acalentou esse sonho europeu. Por isso ela começou a trabalhar para que ele se tornasse, passo a passo, realidade, sobre os escombros das cidades e vilas europeias e diante do Holocausto.

Durante décadas a Europa manteve essa promessa e trouxe-nos paz, bem-estar e liberdade. Ela nunca foi posta em cheque. Pelo contrário, cada vez mais pessoas, povos e países inteiros queriam incondicionalmente ser parte dessa Europa.

Ocorre que hoje muitos não acreditam mais nessa promessa. Cada vez mais pessoas duvidam da Europa. Consideram-na parte do problema e não mais a parte construtiva da solução. A coesão europeia está ameaçada. Os últimos sete anos desde a crise global dos mercados financeiros de 2008 e 2009 tornaram-se para a União Europeia e a comunidade monetária do euro um período de crise econômica e política continuada. O crescimento fraco, os investimentos fracos e a crise no mercado de trabalho cindiram a Europa no plano político como nunca antes desde os Tratados de Roma. As oposições, os egoísmos nacionais e as recíprocas atribuições de culpa despertaram novamente sob a pressão do desemprego em massa e da fraqueza na tomada de decisões políticas. Nos referendos em nações dos Países Baixos até a Ucrânia, nas eleições presidenciais na Áustria e no debate em torno da saída da Grã-Bretanha da União Europeia, os adversários da União Europeia fare-

jaram um novo amanhecer em toda a Europa. Em todos os países do continente, partidos anti-europeus obtiveram grandes vitórias eleitorais nos últimos anos. Entrementes alguns deles já assumiram o governo nos seus países.

Essas vitórias eleitorais não lhes proporcionam apenas o poder legislativo e executivo, mas em parte também logram definir a discussão nas suas sociedades, pois o centro político e partes da opinião publicada também acreditam ser necessário fazer coro a uma crítica supostamente justificada da União Europeia.

Esse ceticismo diante da Europa reflete-se também no Conselho Europeu dos Chefes de Estado e de Governo, cada vez menos capaz de atuar, embora tenha-se declarado nos últimos anos, num ato de “auto-empoderamento”, instituição decisória central.

Assim somos testemunhas de uma situação paradoxal, pois os que pelo seu comportamento impedem uma atuação eficaz da União Europeia ao mesmo tempo criticam com maior estridência que a União Europeia não soluciona os problemas candentes. Como o Conselho da Europa decide quase sempre com unanimidade, isso leva com frequência a um bloqueio total da União Europeia - uma circunstância, que fomenta a frustração de muitas pessoas e acelera assim ainda mais o processo de decomposição.

Isso é mais fatal na medida em que os desafios centrais carecem, mais do que em qualquer momento anterior, de uma União Europeia em boas condições de funcionamento: a gestão sustentável e o combate às causas de uma migração descontrolada, o combate eficaz ao terrorismo internacional e a resposta construtiva às prementes questões de justiça por meio de uma configuração política da globalização só podem ser implementadas em soluções no âmbito da União Europeia.



Mas diante disso nos defrontamos sobretudo à direita - e em parte também à esquerda - com a ressurreição de uma ideologia que sugere que processos de globalização poderiam ser revertidos com soluções eficazes dos problemas fundamentais no quadro da política nacional. Essa ideologia identificou sua inimiga principal na União Europeia.

A resposta de uma política responsável deverá, portanto, consistir em despertar novamente o entusiasmo pela Europa. Mas para tanto um discurso sem imaginação do tipo “vamos continuar na mesma linha”, enfoques reformistas de corte tecnocrático ou a continuação com meros expedientes não é mais suficiente. Precisamos agora da coragem de ousar mais. A convicção de que a Europa representa um ganho para todos só pode voltar a fortalecer-se se finalmente encontrarmos uma saída da crise econômica. Daí a palavra de ordem: O protagonismo deve caber agora a um novo ciclo de desenvolvimento econômico na Europa!

Isso não é sinônimo de endossar a crítica dos anti-europeus e dos estridentes populistas. Eles querem conscientemente paralisar a Europa, para depois afirmar que os problemas candentes não são solucionados. Eles querem a crise, a radicalização e os problemas daí advindos. Querem dividir e abrir fossos, pois acreditam que podem ganhar com isso.

É necessário enfrentar decididamente esses populistas e mostrar as consequências da irresponsabilidade do seu discurso e das suas ações. Pois se a Europa fracassa, fracassará também todo um modelo social: a primeira e única democracia transnacional que surgiu na história universal e procura conjugar a liberdade e solidariedade. Se a Europa fracassa, negaremos os ensinamentos das catástrofes do século XX.

Por isso afirmamos: se quisermos salvar o que a Europa outrora representou aos olhos da

maioria das pessoas, necessitaremos de um novo impulso. Necessitaremos de um empurrão ambicioso e vigoroso, não de uma tímida colcha de retalhos, para que a União Europeia consiga solucionar os problemas que afligem suas cidadãs e seus cidadãos.

A Europa necessita de uma virada política!

Cada reforma precisa aqui ater-se aos seguintes critérios decisivos:

1. que na Europa exista novamente o crescimento econômico e maior justiça social,
2. a Europa deve cuidar da definição das tarefas do futuro,
3. a Europa deve tornar-se mais democrática e transparente e
4. a Europa deve dar a sua contribuição a uma paz duradoura e maior segurança no seu território.

Quem quiser combater o descrédito cada vez mais rápido da União Europeia - mas também da política, em termos genéricos - deverá fazer agora uma profissão de fé muito clara. Importa defender concretamente o projeto civilizatório da unificação europeia e, ligado a isso, desenvolver um estilo político orientado ao diálogo e ao equilíbrio. Tal estilo é o modelo contrário visível do enfoque político polarizador e cada vez mais estridente encenado por muitos populistas na Europa - até o coraço de alguns dos assim chamados partidos burgueses - e por Donald Trump nos EUA.

Uma reforma na Europa deve referir-se ao menos a dez áreas:

1. A Europa deve concentrar-se no essencial

Desde as eleições de 2014 a Comissão Europeia mostrou vontade de concentrar a atuação



da União Europeia em áreas nas quais ela possui uma clara mais-valia. Depois de a União Europeia ter possibilitado aos seus cidadãos o acesso ao mercado interno europeu e a liberdade de ir e vir de pessoas, deve adequar seus benefícios às expectativas atuais. Os cidadãos europeus exigem hoje a proteção dos seus valores e do seu estilo de vida.

Em muitas áreas a União Europeia é claramente o melhor e mais adequado ator para obter tais resultados positivos para os seus cidadãos. A política ambiental é um excelente exemplo disso, pois catástrofes ambientais não se detêm diante de fronteiras nacionais, razão pela qual medidas transnacionais se fazem necessárias. Deveríamos favorecer a atuação da União Europeia nessas áreas. Mas isso não significa que a União Europeia interfira em coisas que funcionam bem nos planos regional ou nacional. Vemos, por exemplo, no caso da proteção do clima que a União Europeia indica valores de orientação, mas que os potenciais concretos de economia são definidos e implementados em nível regional.

No entanto, é necessário que no futuro, onde a Europa tenha competência para atuar, ela seja dotada dos instrumentos necessários para fazê-lo.

Uma distribuição mais clara das competências também ajuda na delimitação das competências dos Estados-membros e da União Europeia. Ela possibilita às cidadãs e aos cidadãos encontrar o destinatário correto para a solução de um problema. No futuro deve ser claro quem incorre em culpa por inação, e também a quem se deve atribuir o êxito de uma boa política.

2. A Europa deve tornar-se mais democrática e compreensível

A Europa deve chegar ainda mais perto dos seus cidadãos e continuar o seu processo de

democratização, iniciado em 2014 com a eleição dos candidatos do primeiro escalão. Pela primeira vez os cidadãos puderam votar diretamente no Presidente da Comissão, que funciona como chefe de governo de fato. Precisamos agora trabalhar mais para que a Comissão Europeia no futuro seja redimensionada como governo verdadeiramente democrático, controlado pelo Parlamento Europeu e por uma segunda câmara formada por representantes dos Estados-membros. Somente assim conquistaremos uma estrutura clara, familiar também às pessoas nos seus países de origem, e além disso conferiremos transparência às responsabilidades políticas. Quem no futuro estiver descontente com a União Europeia, não deverá mais questioná-la em termos principiológicos, mas poderá substituir nas eleições um governo europeu por outro, à semelhança do que conhecemos das nossas democracias nacionais.

3. A Europa necessita de uma virada na política econômica e de um pacto em prol do crescimento da União Europeia

Para podermos angariar maiorias políticas com o fim de fazer a integração avançar mais alguns passos, necessitamos de uma mudança das tendências econômicas. A prosperidade econômica e a justiça social formam a base de uma União Europeia forte fora e dentro da Europa.

Uma união em prol do crescimento da Europa

O problema fundamental da Europa atual consiste nas excessivas disparidades econômicas e sociais. Alguns Estados-membros - dentre eles também a Alemanha - estão em boa situação. Outros estagnam, e o risco do retorno súbito de uma crise de endividamento não está esconjurado. No plano doméstico dos



Estados-membros a desigualdade também é excessiva, especialmente em detrimento dos jovens, dos desempregados e dos detentores de empregos precarizados. Tais indícios de polarização não ameaçam apenas a coesão das sociedades, mas enfraquecem também os potenciais de crescimento da economia. O desafio central consiste em enfrentar essa disparidade e desigualdade crescente com uma Europa em crescimento dinâmico e de perfil mais social.

Para superar esses problemas precisamos atacar de frente as causas da estagnação e disparidade na Europa. O objetivo inicial é fortalecer as fundações econômicas e sociais da União Europeia. O instrumento central da política econômica é o pacto em prol da estabilidade e do crescimento. Precisamos fortalecer o componente de crescimento do pacto dentro e fora da zona do euro.

Uma configuração do pacto em prol da estabilidade e do crescimento

Em primeiro lugar, uma configuração do pacto em prol da estabilidade e do crescimento deve fazer justiça ao seu nome e tornar-se mais propensa ao crescimento; de momento, o pacto é demasiado complexo, sujeito a falhas e pró-cíclico. As regras devem ser aperfeiçoadas de modo que, por um lado, se evite o endividamento excessivo e, por outro lado, se ofereçam espaços livres suficientes para uma política de estabilização e crescimento específica de cada país. A experiência alemã dos quinze anos progressos mostra, não em último lugar, que em fases recessivas os Estados-membros deveriam ganhar maior flexibilidade para permitir gastos para desempregados e investimentos mais elevados. Mas uma maior flexibilidade do pacto deveria andar de mãos dadas com a colocação de marcos das reformas. Assim, a reforma do pacto deveria também assegurar que ao mesmo tempo se

fortaleça a disciplina fiscal nos Estados-membros nas fases de recuperação da economia mediante a introdução de um mecanismo institucionalizado de reescalonamento das dívidas.

Fortes impulsos para investimentos e modernização no plano europeu

Maiores margens de atuação dos orçamentos nacionais em prol de uma política mais ofensiva de investimentos deveriam ser reforçadas e complementadas no plano europeu. As iniciativas e os investimentos necessários para tanto deveriam inicialmente ser apoiadas pelo Fundo Europeu de Estrutura e Coesão bem como pelo Plano Juncker (Fundo EFSI) para o fomento de investimentos públicos e privados. O EFSI deveria ser localizado em uma instância central, ser dotado de maiores recursos financeiros e ser institucionalizado, para poder identificar e financiar projetos centrais de maior porte e potencial transformador, mas também para poder prestar consultoria e coordenar os Estados-membros em projetos transfronteiriços. Queremos, para tanto, estabelecer um conjunto de regras centrais de investimentos, que conjuga novos impulsos de crescimento com investimentos mais decididos de modernização em redes transeuropeias de tráfego e energia, na construção de uma rede de gigabyte europeia, na formação profissionalizante para as demandas da economia digital e no combate ao desemprego dos jovens, bem como no capital de risco e no financiamento de *startups*.

Em prol de um Tratado de Schengen na economia

Para aumentar o crescimento de produtividade no longo prazo na Europa e ampliar o mercado europeu interno necessitamos agora, em segundo lugar, de uma ofensiva comum em prol do crescimento - um “Tratado de



Schengen na economia”. O mercado interno deve poder explicitar seu potencial em toda a plenitude e liberar novas energias de crescimento. Atividades transfronteiriças e o comércio transfronteiriço devem tornar-se ainda mais uma realidade na vida cotidiana das empresas bem como das consumidoras e dos consumidores. Disso faz parte a implementação gradual de reformas centrais dos mercados de trabalho e de produtos, tais como elas são exigidas há anos pela Comissão Europeia e pela OCDE, mormente em países com elevado índice de desemprego.

A digitalização transformará radicalmente o mercado interno - e a União Europeia deve tirar partido desse processo e defini-lo. Para tanto, a Europa deve formular objetivos comuns para a infraestrutura digital. Uma rede de gigabytes pode ser um farol europeu, que aglutina as nossas atividades e para a qual deveríamos direcionar todas as estratégias digitais. Precisamos providenciar para que o acesso a elas seja possível também - e justamente - em regiões economicamente mais fracas da União Europeia. Isso reforça o sentimento de coesão e a consciência de poder fazer uso das vantagens do mercado interno - não importa de que parte da União Europeia a pessoa venha ou onde ela esteja no momento em questão. A União Europeia deve chegar aqui a resultados palpáveis com rapidez muito maior do que até agora planejado. Mas não devemos esquecer aqui de prestar atenção às consequências da digitalização. Devemos compreender o que isso significa para os nossos mercados de trabalho e certificar-nos que os nossos padrões sociais sejam preservados.

Ao mesmo tempo devemos criar um marco de ordenamento digital, que permita às empresas europeias conquistar um lugar na vanguarda da revolução digital. Esse marco deve assegurar os mais elevados padrões de segurança e proteção para as empresas e os consumidores

e garantir-lhes a medida máxima de soberania de dados de modo vinculante e eficaz.

A crise financeira mostrou que uma indústria forte continua também tendo uma importância central para um bom desenvolvimento econômico. A 4ª Revolução Industrial, que estamos vivenciando, abre oportunidades enormes para a Europa. Por isso necessitamos de um renascimento industrial na Europa. A Europa deve atingir novamente o objetivo de assegurar que 20% do PIB venha da produção industrial. Necessitamos, para tanto, que também no plano europeu haja uma política industrial ativa, que fomenta inovações e garanta condições justas para a concorrência, assegurando de modo sustentável a geração de um amplo valor agregado industrial com empregos de boa qualidade.

Com um “Tratado de Schengen na economia” queremos avançar um passo decisivo. Queremos criar em áreas centrais, como a economia digital e a energia, um grau máximo de integração, inicialmente com os países dispostos a uma integração maior, mas também com a perspectiva de desenvolver com esse procedimento o mercado interno para toda a União Europeia na direção de uma nova dimensão.

4. A Europa deve falar em uníssono no plano internacional

Só se a Europa apresentar-se coesa no plano internacional poderá prestar uma contribuição substancial à estabilidade internacional. No século XXI será de decisiva importância que a Europa enriqueça a prevenção de conflitos com suas experiências. Sem a contribuição da Europa não pode haver nenhuma política em prol de um ordenamento global nem nenhuma paz, inclusive porque outras grandes potências, já estabelecidas, amargaram perdas de reputação ou se concentram cada vez mais em outras regiões. Por isso de-



vemos apresentar-nos de modo mais pronunciado do que fizemos até o momento como potência garantidora de uma ordem regional unitária. Isso exige a comunitarização da política externa da Europa.

5. A Europa deve responder à pergunta da justiça

Quando os assalariados e pequenos e médios empresários pagam seus impostos a cada mês, ao passo que especuladores sociais conseguem abrigar suas fortunas bilionárias em paraísos fiscais, surge uma lacuna gritante em termos de justiça social. Ela é percebida ainda mais quando bancos são salvos com somas bilionárias depois de terem perdido muito dinheiro em operações especulativas, ao passo que falta dinheiro em outras áreas. Isso ameaça a legitimidade da Europa. Por isso a Europa deve ser dotada dos instrumentos necessários para combater com maior eficácia a elisão fiscal e a sonegação. Um princípio simples a ser aplicado aqui é “O país do lucro é também o país da tributação”. Com ele poderíamos emitir com muita rapidez um sinal eficaz em prol de maior justiça. A luta contra os paraísos fiscais e em prol da tributação de especuladores é um passo importante a mais, que permitiria também financiar a desoneração do fator trabalho.

Uma União Europeia forte deve dar centralidade às pessoas e à sua proteção social. Só se as pessoas experimentarem a mais-valia concreta de uma política que as afeta diretamente a Europa superará a sua crise de confiança. Disso faz parte o combate ao índice vergonhosamente elevado do desemprego juvenil. A política de garantia dos jovens europeus deve ser configurada com objetivos mais precisos e ser dotada com os recursos necessários.

Uma política social europeia não pode nem deve substituir os Estados-nacionais de Bem-

-Estar Social, mas ela deveria e poderia tentar aproximar os sistemas nacionais existentes de seguridade social.

6. A Europa deve reajustar seus recursos

O orçamento também deve deixar entrever que a Europa enfrenta as tarefas que decidem a capacidade de futuro das nossas sociedades. Por isso precisamos investir maiores recursos financeiros na formação de gerações futuras, na pesquisa e nas universidades, na ampliação da infraestrutura digital, na produção de alimentos seguros, na proteção do meio ambiente e em uma virada ecológica da política energética, bem como em uma política inteligente de fomento da indústria e das empresas de médio porte.

Uma união em prol do crescimento com uma maior capacidade de investimentos pressupõe também uma sólida base de arrecadação. Por isso queremos encaminhar os passos finais para a harmonização da tributação de empresas (base de cálculo comum com tributação mínima) e da arrecadação tributária na Europa.

7. A Europa deve reforçar a sua segurança

Como os assustadores atentados terroristas dos últimos meses mostraram, os bandos criminosos operam em redes transfronteiriças bem integradas. Por isso a Europa deve pôr termo à sua mentalidade paroquialista no campo da segurança interna e fortalecer uma cooperação eficaz dos órgãos nacionais de segurança na região. Além disso devemos fortalecer nitidamente a nossa própria estrutura europeia e também reconfigurá-la a partir do zero, onde isso se fizer necessário. No médio prazo isso deverá levar, por exemplo, à criação de um FBI europeu.



8. A Europa carece de uma política comunitária de imigração

Sem um direito comunitário europeu de imigração praticamente não conseguiremos enfrentar os desafios surgidos com o fluxo migratório. Isso exige tanto uma política comunitária de concessão de asilo quanto um procedimento conjunto na inclusão de refugiados de zonas de guerras civis e migrantes.

9. A Europa deve proteger as suas fronteiras

A proteção efetiva das fronteiras externas da Europa é um elemento importante de um novo direito de imigração, pois se abirmos novos caminhos para a imigração em nosso continente e ao mesmo tempo existirem caminhos em boas condições de funcionamento e legais para requerentes de asilo e refugiados, a proteção das fronteiras externas deve funcionar. Essa é uma tarefa europeia comunitária. Por isso devemos criar as estruturas correspondentes.

10. A Europa carece da proteção efetiva dos direitos fundamentais

As novas tecnologias suscitam também novas perguntas referentes à proteção dos direitos fundamentais. Assim como a invenção e difusão do automóvel necessariamente ensejou uma legislação do tráfego em vias públicas para pôr termo ao princípio social-darwinista no tráfego de veículos automotores, a digitalização crescente também clama pela formulação de regras claras. Uma Carta Europeia dos Direitos Fundamentais na Era Digital é um instrumento eficaz para a elaboração dessas regulamentações. Ela permite proteger eficazmente os cidadãos e fornece mecanismos de proteção para as empresas, das quais estas necessitam para o planejamento das suas inovações. De resto a Europa mostraria com

isso, que mesmo no século XXI ela deve ser levada a sério enquanto comunidade centrada em valores.

As reformas propostas enfrentarão resistências. Muitos Estados-membros reclamarão, como sempre, que as boas propostas vêm das capitais nacionais e as propostas ruins de Bruxelas. Por essa razão o recomeço necessário da Europa praticamente não pode ser realizado exitosamente por meio de uma clássica conferência dos governos nacionais envolvidos, que seria intransparente e burocrática. Além disso, uma conferência intergovernamental de molde tradicional é nociva, pois contradiz o princípio da democracia, a participação cidadã e da transparência e, por conseguinte e frontalmente, a intenção das reformas propostas.

Por isso necessitamos de um debate intenso, levado a cabo na esfera pública, sobre a Europa na qual queremos viver. Em vez de uma conferência intergovernamental a portas fechadas necessitamos de um processo no qual se discuta de forma aberta e transparente. O Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais poderiam ser o núcleo desse processo. Não convocariam apenas os representantes dos governos e a Comissão Europeia, mas também representantes da sociedade civil, para procurar as melhores idéias concretas.

Assim uma refundação da Europa poderia dar certo: a refundação de uma Europa das cidadãs e dos cidadãos. Deveríamos por as mãos à obra. Neste instante!



Sobre os autores

Sigmar Gabriel é Presidente do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD)

Martin Schulz é Presidente do Parlamento Europeu e membro da direção do SPD

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-99138-83-0

